



INSTITUTO FEDERAL
Rondônia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

Campus Porto Velho Zona Norte
Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública EaD

RHAFANEL MENDONÇA CAMPOS E SILVA
JABES CAMPOS FERNANDES

**ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SEU
IMPACTO NA REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE EM SÃO PAULO**

PORTO VELHO
2025



RHAFANEL MENDONÇA CAMPOS E SILVA
JABES CAMPOS FERNANDES

**ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SEU
IMPACTO NA REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE EM SÃO PAULO**

Artigo Científico entregue como Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), *Campus* Porto Velho Zona Norte, como requisito parcial para obtenção do grau de tecnólogo, junto ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, sob a orientação do professor Me. Douglas Moro Piffer.

PORTO VELHO
2025

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO,
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

Silva, Rhafael Mendonça Campos.

Análise das Políticas de Segurança Pública e seu impacto na redução da criminalidade em São Paulo / Rhafael Mendonça Campos Silva, Jabes Campos Fernandes, Porto Velho-RO, 2025.

20 f.

Orientador(a): Prof. Me. Douglas Moro Piffer.

Trabalho de Conclusão de Curso (Superior de Tecnologia em Gestão Pública EAD) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Porto Velho-RO, 2025.

1. Segurança Pública. 2. Criminalidade. 3. Tecnologia Policial. 4. Políticas Sociais. I. Fernandes, Jabes Campos. II. Piffer, Douglas Moro (orient.). III. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. IV. Título.

Bibliotecário(a) Responsável: Marlene Fouz da Silva, CRB-11/946 (Campus Porto Velho Zona Norte)

ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SEU IMPACTO NA REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE EM SÃO PAULO

ANALYSIS OF PUBLIC SECURITY POLICIES AND THEIR IMPACT ON CRIME REDUCTION IN SÃO PAULO

DOI: 10.55908/RGCV19N1-016

Originals received: 03/07/2025

Acceptance for publication: 03/28/2025

Rhafael Mendonça Campos e Silva

Tecnólogo em Gestão Pública

Instituição: Instituto Federal de Rondônia (IFRO) - campus Zona Norte

Endereço: Porto Velho, Rondônia, Brasil

E-mail: c.mendonca@estudante.ifro.edu.br

Jabes Campos Fernandes

Tecnólogo em Gestão Pública

Instituição: Instituto Federal de Rondônia (IFRO) - campus Zona Norte

Endereço: Porto Velho, Rondônia, Brasil

E-mail: jabescamposfernandes88@gmail.com

Douglas Moro Piffer

Mestre em Administração

Instituição: Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Endereço: Porto Velho, Rondônia, Brasil

E-mail: douglas.piffer@ifro.edu.br

RESUMO: Este estudo analisa as políticas de segurança pública implementadas no estado de São Paulo e seus impactos na redução da criminalidade. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa baseada em revisão bibliográfica de estudos publicados entre 2020 e 2025. São abordados três aspectos fundamentais: os fatores determinantes das políticas de segurança, o papel da tecnologia e da inteligência policial na repressão ao crime e a influência das políticas sociais na prevenção da violência. Os resultados indicam que a queda nos índices criminais em São Paulo decorre de um conjunto de fatores interligados, incluindo o fortalecimento das forças policiais, a adoção de tecnologias avançadas e a implementação de programas sociais voltados à inclusão e ressocialização. O uso de inteligência artificial, monitoramento por câmeras e bancos de dados integrados tem otimizado a atuação policial, tornando-a mais eficiente e estratégica. No entanto, desafios como a desigualdade na distribuição da segurança, a letalidade

policial e a influência do crime organizado ainda persistem. Além disso, a literatura revisada evidencia que medidas puramente repressivas são insuficientes para garantir uma segurança pública eficaz e sustentável. Dessa forma, conclui-se que as políticas mais eficientes são aquelas que combinam repressão qualificada, inovação tecnológica e ações sociais preventivas, promovendo um modelo equilibrado de segurança que atenda às demandas da população de maneira equitativa.

PALAVRAS-CHAVE: Segurança Pública. Criminalidade. Tecnologia Policial. Políticas Sociais.

ABSTRACT: This study analyzes the public security policies implemented in the state of São Paulo and their impact on reducing crime. The research adopts a qualitative approach based on a literature review of studies published between 2020 and 2025. Three fundamental aspects are addressed: the determining factors of security policies, the role of technology and police intelligence in repressing crime, and the influence of social policies in preventing violence. The results indicate that the drop in crime rates in São Paulo is the result of a set of interconnected factors, including the strengthening of police forces, the adoption of advanced technologies, and the implementation of social programs aimed at inclusion and resocialization. The use of artificial intelligence, camera monitoring, and integrated databases has optimized police action, making it more efficient and strategic. However, challenges such as inequality in the distribution of security, police lethality, and the influence of organized crime still persist. In addition, the reviewed literature shows that purely repressive measures are insufficient to ensure effective and sustainable public security. Thus, it can be concluded that the most efficient policies are those that combine qualified repression, technological innovation and preventive social actions, promoting a balanced security model that meets the demands of the population in an equitable manner.

KEYWORDS: Public Safety. Crime. Police Technology. Social Policies.

1. INTRODUÇÃO

A segurança pública é um dos pilares fundamentais para a estabilidade e o bem-estar social, sendo objeto de estudo constante por pesquisadores e formuladores de políticas públicas. No Brasil, e particularmente no estado de São Paulo, a questão da criminalidade e sua redução têm sido amplamente debatidas, levando à implementação de diversas políticas voltadas para a repressão e prevenção da violência. O estado de São Paulo tem se destacado ao longo dos anos pela significativa redução dos índices criminais, resultado de um conjunto de medidas como o fortalecimento das polícias, o investimento em tecnologia e inteligência policial, além de ações

sociais que buscam combater as causas estruturais da violência (Lima; Bueno; Mingardi, 2016). Esse fenômeno levanta questionamentos sobre quais políticas públicas foram mais eficazes e como os diferentes modelos de segurança adotados influenciaram no comportamento da criminalidade. Assim, compreender a eficácia dessas medidas e sua replicabilidade para outros contextos torna-se um desafio crucial para a gestão da segurança pública.

Ao longo das últimas décadas, São Paulo experimentou um processo de modernização das forças de segurança, adotando novas estratégias de policiamento e gestão integrada dos órgãos de segurança. A introdução de programas como o Detecta, que utiliza inteligência artificial para monitoramento e resposta rápida a ocorrências, bem como o fortalecimento das bases comunitárias de policiamento, são exemplos de iniciativas que buscam melhorar a eficiência das forças policiais e garantir maior proximidade entre Estado e sociedade (Santos; Gontijo; Amaral, 2015). No entanto, apesar dos avanços, há desafios persistentes, como a letalidade policial, a desigualdade no acesso à segurança e a influência do crime organizado sobre comunidades vulneráveis. Isso demonstra que a redução da criminalidade não pode ser atribuída exclusivamente ao policiamento ostensivo, mas sim a uma combinação de fatores que incluem políticas sociais, econômicas e urbanísticas, além do fortalecimento da justiça criminal (Castro, 2019).

Além disso, a dinâmica da criminalidade em São Paulo tem se modificado com o passar dos anos, refletindo mudanças na estrutura social, econômica e no próprio *modus operandi* das organizações criminosas. A atuação do Primeiro Comando da Capital (PCC), por exemplo, redefiniu a lógica da violência no estado, reduzindo a taxa de homicídios, mas ampliando o controle territorial sobre regiões periféricas (Santos; Jorge; Souza, 2017). Essa transformação reforça a necessidade de uma abordagem multidimensional da segurança pública, que vá além da repressão e considere aspectos como a reinserção social de egressos do sistema prisional, políticas de redução da desigualdade e estratégias de mediação de conflitos. Dessa forma, torna-se imprescindível avaliar criticamente as políticas implementadas e seus efeitos reais sobre a criminalidade, questionando se os avanços conquistados são sustentáveis a longo prazo e se podem ser expandidos para outras regiões do país.

Diante desse contexto, surge o seguinte questionamento: Quais políticas de segurança pública adotadas no estado de São Paulo foram mais eficazes na redução da criminalidade, e quais desafios ainda persistem na manutenção desse avanço? Esse problema norteia a presente pesquisa, buscando compreender os impactos reais das estratégias de segurança adotadas e os desafios para a construção de um modelo eficiente e equitativo de combate à violência.

O objetivo geral deste estudo é analisar o impacto das políticas de segurança pública na redução da criminalidade no estado de São Paulo, identificando os principais fatores que contribuíram para a queda dos índices de violência e os desafios que ainda permanecem. Para atingir esse objetivo, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

1. Identificar e descrever as principais políticas de segurança implementadas em São Paulo nos últimos 20 anos;
2. Avaliar a relação entre as estratégias de policiamento e a redução dos índices de criminalidade;
3. Analisar os impactos das políticas de segurança sobre diferentes grupos sociais, considerando desigualdades regionais e socioeconômicas.

O estudo da segurança pública e sua relação com a criminalidade tem implicações diretas para a formulação de políticas públicas eficazes e sustentáveis. A pesquisa se justifica pela necessidade de compreender os mecanismos que levaram à redução da criminalidade em São Paulo e de avaliar sua viabilidade para outras regiões do Brasil. A literatura existente aponta que os estados que adotam políticas baseadas em inteligência e integração entre órgãos de segurança tendem a apresentar melhores resultados no combate ao crime (Figueiredo; Sincorá; Leite, 2021). No entanto, ainda há lacunas na compreensão de como essas políticas impactam populações vulneráveis e se os avanços registrados são fruto de medidas efetivas ou de outros fatores socioeconômicos.

Além disso, compreender a eficácia das políticas de segurança adotadas em São Paulo contribui para o debate sobre a segurança pública no Brasil como um todo, possibilitando a replicação de estratégias bem-sucedidas e o aprimoramento de ações que necessitam de ajustes. Em um cenário onde a violência ainda é um dos principais desafios do país, estudos que avaliem criticamente as políticas implementadas são fundamentais para embasar a tomada de decisões

governamentais e orientar futuras pesquisas acadêmicas sobre o tema (Oliveira; Zanetic; Natal, 2020). Assim, este trabalho busca oferecer uma contribuição relevante para o campo da segurança pública, fornecendo uma análise embasada e aprofundada sobre as transformações ocorridas no estado de São Paulo.

2. METODOLOGIA

A presente pesquisa adota a metodologia de revisão bibliográfica qualitativa, um método amplamente utilizado nas ciências sociais para analisar e interpretar dados secundários a partir de estudos, artigos científicos, relatórios e documentos oficiais. A revisão bibliográfica permite a sistematização do conhecimento existente sobre o tema, possibilitando uma compreensão aprofundada dos principais debates e tendências nas políticas de segurança pública e seus impactos na criminalidade em São Paulo. Para garantir rigor metodológico, foram utilizados critérios específicos de inclusão e exclusão das fontes, priorizando publicações dos últimos cinco anos, indexadas em bases científicas reconhecidas, como SciELO, Google Acadêmico e Periódicos CAPES (Rodrigues; Santos, 2024). A escolha da abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de interpretar criticamente os efeitos das políticas públicas, identificando não apenas os números e estatísticas sobre criminalidade, mas também as percepções, discursos e impactos sociais das medidas adotadas (Vieira, 2023).

A seleção dos estudos seguiu uma abordagem sistemática, estruturada em três etapas principais: identificação das fontes, análise dos conteúdos e síntese dos resultados. Na primeira etapa, utilizou-se uma combinação de palavras-chave, incluindo "políticas de segurança pública", "criminalidade em São Paulo", "impacto da segurança pública" e "revisão bibliográfica qualitativa", para garantir um levantamento abrangente dos materiais disponíveis. Em seguida, os artigos e documentos selecionados foram analisados com base em critérios de relevância, pertinência ao tema e qualidade metodológica. Estudos que abordassem experiências internacionais foram considerados apenas se apresentassem uma relação direta com o contexto brasileiro ou estratégias comparáveis (Cruz, 2022). Essa abordagem

possibilitou uma visão mais crítica e contextualizada sobre os desafios e avanços na segurança pública no estado de São Paulo.

A terceira etapa da metodologia consistiu na organização e categorização das informações, permitindo a identificação de padrões, divergências e lacunas na literatura existente. Para isso, empregou-se uma análise temática dos conteúdos, agrupando os achados em categorias relacionadas às diferentes abordagens da segurança pública, como policiamento ostensivo, políticas preventivas e programas de reinserção social. Além disso, foram identificados desafios persistentes, como a letalidade policial e a desigualdade na distribuição dos recursos de segurança entre diferentes regiões do estado (Casagrande; Dresch, 2022). A partir dessa análise, o estudo busca contribuir para o avanço do conhecimento sobre a relação entre políticas públicas e criminalidade, fornecendo subsídios para futuras pesquisas e para a formulação de estratégias mais eficazes e equitativas de segurança.

3. DESENVOLVIMENTO

O estudo da segurança pública em São Paulo é fundamental para compreender a evolução das políticas de combate à criminalidade e seus impactos sobre a sociedade. O estado tem sido um laboratório de diferentes estratégias de segurança, variando entre abordagens mais repressivas e outras baseadas na prevenção e inteligência policial. A redução dos índices de homicídios nos últimos anos tem sido frequentemente associada a políticas de policiamento ostensivo, integração entre forças de segurança e ampliação do uso de tecnologia. No entanto, desafios como a letalidade policial, a desigualdade na distribuição da segurança pública e o fortalecimento do crime organizado ainda persistem (Figueiredo; Sincorá; Leite, 2021). Este capítulo analisará três dimensões essenciais para compreender o cenário atual da segurança pública em São Paulo: os fatores determinantes das políticas de segurança (Seção 3.1), o impacto do uso de tecnologia e inteligência policial na redução da criminalidade (Seção 3.2) e a influência das políticas sociais na segurança pública (Seção 3.3).

3.1 FATORES DETERMINANTES DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA

A formulação das políticas de segurança pública em São Paulo resulta da interação entre fatores políticos, sociais e econômicos. A governança da segurança tem sido influenciada pela alternância de políticas de repressão e prevenção, gerando debates sobre a eficácia de cada abordagem (Ferreira; Melo, 2021). A implementação de políticas baseadas em policiamento ostensivo e aumento do efetivo policial tem sido uma estratégia central em diversos governos, sendo frequentemente criticada por seu impacto na letalidade policial e pela ausência de medidas complementares de caráter social.

Um dos principais fatores que influenciam as políticas de segurança pública em São Paulo é a estrutura organizacional das forças policiais. A separação entre Polícia Militar e Polícia Civil, com atribuições distintas, gera desafios na coordenação de investigações e no compartilhamento de informações estratégicas. Para mitigar esses problemas, o estado tem investido na integração entre as forças de segurança por meio de plataformas tecnológicas que permitem um fluxo de dados mais eficiente (Almeida, 2022).

O orçamento destinado à segurança pública também desempenha um papel fundamental na definição das estratégias de combate à criminalidade. Em São Paulo, o investimento em segurança tem crescido de forma significativa, direcionando recursos para a aquisição de equipamentos modernos, formação de novos agentes e implementação de tecnologias de monitoramento (Santos, 2022).

No entanto, especialistas apontam que a distribuição desses recursos ainda é desigual, favorecendo áreas centrais em detrimento das periferias, onde os índices de violência são mais elevados.

A influência das organizações criminosas também é um fator determinante para a formulação das políticas de segurança pública. O fortalecimento do Primeiro Comando da Capital (PCC) ao longo das últimas décadas desafiou o modelo tradicional de policiamento e impôs a necessidade de novas estratégias de enfrentamento ao crime organizado (Dynas, 2022). A atuação dessas facções não se restringe ao tráfico de drogas, mas se estende a uma ampla rede de atividades ilícitas que impactam diretamente a segurança da população.

O papel da sociedade civil na segurança pública tem ganhado destaque, especialmente com o fortalecimento dos Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEG). Essas iniciativas buscam aproximar a população das forças de segurança, promovendo um diálogo mais transparente e incentivando ações de policiamento comunitário (Mello; Serra, 2022). No entanto, a efetividade desses conselhos ainda é questionada, uma vez que suas recomendações nem sempre são incorporadas pelas autoridades.

A formulação das políticas de segurança pública em São Paulo é condicionada por múltiplos fatores, incluindo aspectos históricos, econômicos e sociais. O modelo de policiamento adotado no estado tem passado por transformações significativas, buscando equilibrar medidas repressivas e preventivas para o enfrentamento da criminalidade. No entanto, a priorização de abordagens punitivas ainda prevalece, refletindo uma cultura institucional enraizada que muitas vezes negligencia políticas voltadas à inclusão social e à prevenção do crime (Dynas, 2022).

A centralização da segurança pública no Brasil e a falta de autonomia dos estados para implementar estratégias específicas são desafios recorrentes. Em São Paulo, as diretrizes de segurança frequentemente dependem de decisões do governo federal, dificultando a adaptação das políticas às particularidades regionais. Segundo Mello e Serra (2022), a descentralização da gestão da segurança pública poderia aumentar a eficácia das políticas, permitindo uma maior articulação entre órgãos municipais e estaduais.

Outro fator determinante para a configuração das políticas de segurança pública em São Paulo é a crescente urbanização e a formação de bolsões de vulnerabilidade social. O adensamento populacional nas periferias da capital e da Região Metropolitana tem sido um desafio para a alocação de recursos policiais e para a implementação de políticas preventivas. O estudo de Leopoldino (2020) destaca que a concentração da criminalidade em áreas com baixo índice de desenvolvimento humano reforça a necessidade de uma abordagem integrada que envolva não apenas a repressão, mas também políticas de inclusão social.

O fortalecimento da inteligência policial e a reformulação das estratégias de policiamento ostensivo têm sido adotados como resposta ao crescimento da criminalidade organizada. No entanto, a atuação de facções criminosas, como o Primeiro Comando da Capital

(PCC), continua sendo um desafio para as forças de segurança. O estudo de Almeida (2022) aponta que a estruturação de grupos criminosos dentro e fora do sistema penitenciário requer uma política mais eficiente de controle prisional e reinserção social de egressos do sistema carcerário.

Além da criminalidade organizada, o aumento da violência letal policial é um fator preocupante. Estudos indicam que a letalidade policial no estado de São Paulo é uma das mais altas do país, o que levanta questionamentos sobre a efetividade das abordagens repressivas adotadas pelas forças de segurança (Santos; Souza, 2020). A adoção de câmeras corporais nas fardas dos policiais tem sido uma tentativa de reduzir abusos e aumentar a transparência das operações (Battibugli; Serra, 2021).

A governança da segurança pública em São Paulo também sofre influência de fatores políticos e institucionais. Mudanças na gestão estadual frequentemente resultam na revisão das diretrizes de segurança, dificultando a continuidade de projetos de longo prazo. Conforme apontam Figueiredo e Sincorá (2021), a descontinuidade de políticas bem-sucedidas prejudica a consolidação de estratégias eficazes de combate à criminalidade.

O orçamento destinado à segurança pública é outro aspecto central. Embora o estado de São Paulo apresente um dos maiores investimentos em segurança do país, a distribuição desses recursos é desigual. Pesquisas indicam que áreas centrais recebem mais investimentos em policiamento e infraestrutura do que as periferias, onde os índices de criminalidade são mais elevados (Monte; Leopoldino, 2020).

A participação da sociedade civil tem se mostrado fundamental para a elaboração e monitoramento das políticas de segurança. Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEG) têm desempenhado um papel importante no fortalecimento do diálogo entre a população e as forças de segurança, contribuindo para uma abordagem mais humanizada e eficiente no enfrentamento à criminalidade (Oliveira; Lico; Pereira, 2022).

3.2 O IMPACTO DA TECNOLOGIA E DA INTELIGÊNCIA POLICIAL NA REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE

A adoção de tecnologias avançadas tem transformado as estratégias de segurança pública em São Paulo. A implementação de sistemas de monitoramento em tempo real, reconhecimento facial e bancos de dados integrados possibilitou um aprimoramento na identificação de padrões criminais e na alocação de recursos policiais (Oliveira; Lico; Pereira, 2022).

Uma das inovações mais relevantes nesse contexto é o sistema Detecta, que permite o cruzamento de informações sobre veículos roubados, suspeitos procurados e ocorrências registradas em tempo real. Esse sistema tem demonstrado eficiência na redução de crimes patrimoniais, permitindo uma resposta mais ágil das forças policiais (Ferreira et al., 2020).

O uso de inteligência artificial na análise de padrões criminais também tem se mostrado eficaz. Algoritmos de aprendizado de máquina são utilizados para prever áreas com maior risco de crimes, permitindo que o policiamento seja direcionado de forma estratégica. No entanto, estudos apontam que esses sistemas podem reproduzir vieses sociais, intensificando abordagens policiais em comunidades marginalizadas (Battibugli; Serra; Souza, 2021).

A utilização de drones para monitoramento urbano é outra inovação que tem ganhado espaço na segurança pública. Esses equipamentos permitem vigilância contínua de áreas estratégicas, reduzindo a necessidade de patrulhamento físico e aumentando a capacidade de resposta das forças policiais (Fabretti; Silva, 2024).

A tecnologia tem sido um dos principais elementos de inovação nas políticas de segurança pública em São Paulo. O uso de câmeras de monitoramento, drones e softwares de análise preditiva permite um planejamento mais eficiente das operações policiais. O sistema Detecta, por exemplo, tem sido amplamente utilizado para o rastreamento de veículos roubados e a identificação de padrões criminais, contribuindo para a redução dos índices de crimes patrimoniais (Ferreira Et Al., 2020).

A inteligência artificial tem sido aplicada na análise de grandes volumes de dados para prever áreas de maior risco criminal. Segundo Battibugli e Serra (2021), a integração de bancos

de dados e algoritmos preditivos permite um policiamento mais estratégico, otimizando a alocação dos recursos policiais. No entanto, há preocupações quanto ao uso dessas ferramentas, especialmente em relação à privacidade e à possibilidade de vieses discriminatórios nas abordagens policiais.

A implementação de drones para monitoramento urbano é uma inovação que tem ganhado espaço na segurança pública. Esses dispositivos permitem a vigilância de áreas de difícil acesso, facilitando a atuação policial e reduzindo a necessidade de confrontos diretos. Estudos apontam que o uso de drones em operações de inteligência tem sido eficaz na identificação de atividades criminosas sem a necessidade de incursões em áreas perigosas (Fabretti; Silva, 2024).

O reconhecimento facial é outra ferramenta que tem sido incorporada ao sistema de segurança pública em São Paulo. Embora sua aplicação tenha possibilitado a identificação rápida de suspeitos, especialistas alertam para os riscos de erros na identificação e para a possibilidade de reforço de desigualdades raciais e sociais nas abordagens policiais (Melo; Serra, 2022).

3.3 A INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS SOCIAIS NA SEGURANÇA PÚBLICA

Embora as políticas de repressão tenham um papel importante na redução da criminalidade, é fundamental considerar o impacto das políticas sociais na segurança pública. Estudos apontam que investimentos em educação, geração de emprego e infraestrutura urbana têm efeito direto na redução dos índices de violência (Araújo, 2020).

O Programa Escola da Família, por exemplo, tem demonstrado resultados positivos na redução da criminalidade entre jovens. A iniciativa oferece atividades extracurriculares em escolas públicas nos finais de semana, proporcionando um ambiente seguro e reduzindo a exposição de adolescentes a contextos de risco (Lima, 2021).

Outra política social relevante é o Programa de Reinserção Social, que busca oferecer oportunidades de trabalho e capacitação para ex-detentos. A reincidência criminal é um dos

principais desafios do sistema de segurança pública, e a falta de acesso ao mercado de trabalho é um fator que contribui para a retomada da criminalidade (Oliveira; Lico, 2022).

A implementação de políticas habitacionais também tem impacto direto na segurança pública. Regiões com maior precariedade habitacional tendem a apresentar índices mais elevados de criminalidade, evidenciando a necessidade de investimentos em moradia digna (Monte; Leopoldino, 2020). A segurança pública não deve ser vista apenas como uma questão de policiamento e repressão, mas também como um reflexo das condições socioeconômicas da população. Políticas sociais eficazes desempenham um papel crucial na redução da criminalidade, atuando na mitigação dos fatores de risco que levam à violência (Araújo, 2020).

Programas de reinserção social para ex-detentos são fundamentais para reduzir a reincidência criminal. O Programa de Reinserção Social do Estado de São Paulo, por exemplo, tem buscado oferecer capacitação profissional e oportunidades de emprego para egressos do sistema prisional. No entanto, a falta de incentivos para a contratação dessas pessoas ainda é um obstáculo significativo para a efetividade dessas iniciativas (Oliveira; Lico, 2022).

A educação também se mostra um fator determinante na prevenção do crime. O Programa Escola da Família tem desempenhado um papel importante ao oferecer atividades extracurriculares e suporte social a jovens em situação de vulnerabilidade. Estudos indicam que a presença de atividades educativas e esportivas reduz a exposição de adolescentes a ambientes propícios à criminalidade (Lima, 2021).

O investimento em infraestrutura urbana e moradia digna também impacta diretamente a segurança pública. Regiões com melhores condições de habitação e acesso a serviços públicos apresentam menores índices de violência, reforçando a importância de políticas habitacionais como instrumento de prevenção ao crime (Monte; Leopoldino, 2020).

A interseção entre políticas sociais e segurança pública é um tema amplamente debatido no Brasil. A literatura demonstra que a segurança não deve ser reduzida apenas ao policiamento e repressão ao crime, mas também deve incluir estratégias que ataquem as causas estruturais da violência. Estudos recentes indicam que programas sociais, quando bem estruturados e implementados de maneira contínua, apresentam efeitos positivos na redução da criminalidade, especialmente entre populações vulneráveis (Castro, 2019). O Programa Escola da Família, por

exemplo, tem sido um caso de sucesso ao oferecer atividades extracurriculares e suporte educacional a jovens em situação de risco, reduzindo sua exposição a ambientes propícios à criminalidade.

Outro aspecto fundamental para a relação entre políticas sociais e segurança pública é a qualificação e formação dos agentes de segurança. A adoção de um policiamento mais próximo da comunidade tem sido apontada como uma alternativa viável para minimizar conflitos e ampliar a confiança da população nas forças policiais. Segundo Cruz (2022), a capacitação dos policiais para atuar com abordagens menos violentas e mais mediadoras fortalece o conceito de segurança cidadã, um modelo que busca equilibrar repressão e prevenção ao crime. Experiências como o policiamento comunitário demonstram que a criação de laços entre polícia e sociedade pode resultar na redução da criminalidade e na melhoria da percepção da segurança pública.

Além da educação e do policiamento comunitário, a estrutura econômica das comunidades tem influência direta sobre a segurança pública. Regiões marcadas pela desigualdade social e pela falta de oportunidades apresentam índices mais elevados de criminalidade. Estudos sobre economia do crime apontam que a ausência de perspectivas de emprego e renda é um dos principais fatores que levam indivíduos a atividades ilícitas (Fabretti; Silva, 2024). Dessa forma, políticas que fomentem o desenvolvimento econômico local e a geração de empregos são fundamentais para a construção de uma segurança pública mais sustentável.

A literatura também aponta que a habitação é um fator determinante na segurança das cidades. Áreas com infraestrutura precária e pouca presença do Estado tendem a se tornar espaços de atuação do crime organizado. Almeida (2022) discute como a ocupação desordenada e a ausência de serviços básicos ampliam os riscos de criminalidade, evidenciando a necessidade de políticas habitacionais eficazes. O investimento em moradia digna não apenas melhora a qualidade de vida das famílias, mas também reduz a vulnerabilidade social e a exposição a atividades criminosas.

A articulação entre saúde pública e segurança também tem sido debatida no contexto brasileiro. Estudos indicam que a falta de acesso a serviços de saúde mental pode contribuir

para a incidência de crimes violentos, uma vez que transtornos psicológicos não tratados podem resultar em comportamentos agressivos (Oliveira; Lico; Pereira, 2022). Assim, programas de atendimento psicológico e suporte social são essenciais para lidar com questões relacionadas à violência doméstica, dependência química e outros fatores que impactam diretamente a criminalidade.

O papel das forças policiais na mediação de conflitos sociais também merece destaque. A abordagem repressiva tem mostrado limitações, e pesquisadores apontam que uma segurança pública mais eficiente passa por estratégias que envolvam a cooperação entre Estado e sociedade (Casagrande; Dresch, 2022). A criação de espaços de diálogo entre comunidade e polícia pode contribuir para reduzir a tensão nas relações interpessoais e promover um ambiente mais seguro para todos.

É necessário destacar a importância da continuidade e do aperfeiçoamento das políticas sociais no combate à criminalidade. Figueiredo, Sincorá e Leite (2021) alertam que programas sociais não podem ser ações isoladas ou esporádicas, mas sim políticas de Estado com planejamento a longo prazo. O fortalecimento de medidas preventivas, aliado a uma segurança pública baseada em inteligência e na promoção da justiça social, é essencial para a construção de uma sociedade menos violenta e mais equitativa.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu compreender como a redução da criminalidade em São Paulo nas últimas décadas resultou não de uma única política ou fator isolado, mas de uma complexa teia de intervenções que souberam articular, com relativo êxito, a modernização das instituições policiais, o uso estratégico de tecnologias e a implementação de políticas sociais voltadas para a prevenção. Os resultados evidenciam que o caminho para uma segurança pública eficaz passa necessariamente pela superação de visões simplistas, exigindo abordagens capazes de conciliar a repressão qualificada ao crime com ações que ataquem suas causas estruturais.

A análise demonstrou que as políticas mapeadas produziram impactos diferenciados conforme o território e o grupo social considerado. Se por um lado tecnologias como o sistema

Detecta contribuíram para a queda de crimes patrimoniais em áreas centrais, por outro revelaram limitações preocupantes em periferias, onde o uso de ferramentas de vigilância tem sido acompanhado por denúncias de violação de direitos. Essa contradição expõe o desafio permanente de construir uma segurança pública que seja ao mesmo tempo eficiente e respeitadora das liberdades individuais, particularmente em contextos marcados por histórica desigualdade.

Os dados analisados sugerem que os maiores êxitos ocorreram onde houve integração genuína entre políticas de segurança e iniciativas sociais. Programas combinando policiamento comunitário, investimento em educação e oportunidades econômicas demonstraram resultados mais sustentáveis que medidas puramente repressivas. Contudo, a pesquisa também identificou fragilidades importantes, como a dificuldade de manter continuidade nas ações entre diferentes gestões governamentais e a resistência cultural em setores das instituições policiais.

As limitações deste estudo - especialmente a escassez de dados desagregados por território e a falta de entrevistas com atores-chave - apontam para a necessidade de novas pesquisas que possam: aprofundar a compreensão sobre como as políticas são efetivamente implementadas no cotidiano das delegacias e ruas; investigar os reais impactos das tecnologias de segurança na vida de moradores de periferias; e avaliar em maior profundidade a relação entre melhoria nos indicadores de criminalidade e percepção de segurança pela população.

O caso paulista oferece assim valiosas lições para o debate sobre segurança pública no Brasil. Seus acertos demonstram que é possível reduzir a criminalidade através de abordagens multifacetadas e baseadas em evidências. Seus limites, por outro lado, lembram que nenhum modelo é perfeito ou completo, e que a busca por uma segurança pública verdadeiramente democrática exige constante avaliação, ajustes e, sobretudo, capacidade de ouvir as vozes das comunidades mais afetadas pela violência. O caminho à frente parece exigir menos soluções mágicas e mais trabalho persistente na construção de políticas públicas que combinem rigor técnico com sensibilidade social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C. D. Como a fronteira amazônica se torna questão de segurança: análise da formação de agenda das políticas de segurança pública no estado do Acre. **universidade de são paulo**, 2022. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100138/tde-13062022-112558/publico/vers_aocorrigidadeposito.pdf.

CASAGRANDE, C. H.; DRESCH, G. R. Uma análise do conhecimento acerca das atribuições da Polícia Militar. **Brazilian Journal of Development**, 2022. Disponível em: <https://brazilianjournals.com/ojs/index.php/BRJD/article/download/50206/pdf>.

CASTRO, T. E. de. **Políticas de segurança pública no Brasil sob o olhar da Economia do Crime: os casos do PRONASCI e Programa Escola da Família**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade de São Paulo. 2019.

Disponível em:

https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-18072019-120846/publico/Talita_Egevardt_de_Castro.pdf.

CRUZ, R. P. Policiamento de proximidade: nova perspectiva para a formação policial militar a partir da política de educação em segurança pública. **Brazilian Journal of Development**, 2022. Disponível em:

<https://brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/download/46611/pdf>.

FABRETTI, H. B.; SILVA, A. S. A inteligência financeira nas políticas de segurança no Brasil. **revista direito mackenzie**, 2024. Disponível em:

<https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/rmd/article/download/17535/12642>.

FERREIRA, B. S.; MELO, A. F. Crimes violentos letais e intencionais (CVLI): fatores e motivações que os influenciam em consonância com as políticas de segurança pública. **revista brasileira de segurança pública**, 2021. Disponível em:

<https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/view/1174>.

FIGUEIREDO, S. O.; SINCORÁ, L. A. Fatores determinantes do controle da criminalidade em gestão de políticas de segurança pública. **revista de administração pública**, 2021.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/gt8jhYSbyXSfX9YHmydQDQk/>.

FIGUEIREDO, S. O.; SINCORÁ, L. A.; LEITE, M. C. O. Fatores determinantes do controle da criminalidade em gestão de políticas de segurança pública. **Revista de Administração Pública**, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/gt8jhYSbyXSfX9YHmydQDQk/>.

FIGUEIREDO, S. O.; SINCORÁ, L. A.; LEITE, M. C. O. Fatores determinantes do controle da criminalidade em gestão de políticas de segurança pública. **revista de administração pública**, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/gt8jhYSbyXSfX9YHmydQDQk/>.

LIMA, R. S.; BUENO, S.; MINGARDI, G. Estado, polícias e segurança pública no Brasil. **Revista Direito GV**, 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rdgv/a/k8CfD9XbDpJ8vzyfJqXP3qN/?format=html>.

OLIVEIRA, D. C. N.; LICO, F. M. C.; PEREIRA, H. M. S. Intersetorialidade e saúde nas políticas estaduais de segurança pública. **ciência & saúde coletiva**, 2022.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/CVXpTM4pSBMKJrj9wtXbM9L/>.

OLIVEIRA, D. C. N.; LICO, F. M. C.; PEREIRA, H. M. S. Intersetorialidade e segurança pública. **ciência & saúde coletiva**, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/CVXpTM4pSBMKJrj9wtXbM9L/>.

OLIVEIRA, T. R.; ZANETIC, A.; NATAL, A. Preditores e impactos da legitimidade policial: testando a teoria da justiça procedimental em São Paulo. **Dados**, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/kyK3d9htJj78DZvqF8xGv8K/?lang=pt&format=html>.

RODRIGUES, J.; SANTOS, C. P. Uma revisão de literatura acerca da inteligência da polícia militar no âmbito da violência das torcidas organizadas no futebol profissional. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar**, 2024. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/4857>.

SANTOS, I. G.; GONTIJO, J. G. L.; AMARAL, E. F. L. A política de segurança pública no Brasil: uma análise dos gastos estaduais (1999-2010). **Opinião Pública**, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/Z85GR3G9bYJDHRpCJXgnFFB/?lang=pt>.

VIEIRA, U. Segurança Pública. **Diário da Tarde**, 2023. Disponível em: https://repositorio.pgsscogna.com.br/bitstream/123456789/54381/1/IGOR_SILVA_VIEIRA.pdf.